

1 **ATA DA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE**
2 **PREVIDÊNCIA – CEP DO ANO 2009 – BIÊNIO DE 2009-2010.**

3
4 Aos sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e nove da era cristã, às
5 dezesseis horas, no Auditório do Prédio da Amapá Previdência – AMPREV,
6 situado a Rua Binga Uchôa, nº. dez, Centro, nesta Capital, reuniram-se pela
7 sétima vez ordinariamente, o Conselho Estadual de Previdência – CEP. A reunião
8 do Conselho Estadual de Previdência para o biênio 2009-2010 foi aberta pelo
9 Senhor Presidente Artur de Jesus de Barbosa Sotão, que cumprimentou os
10 Senhores Conselheiros e demais presentes, dando prosseguimento. **PAUTA –**
11 **ITEM 01** – O Senhor Presidente pediu para o secretário fazer a **LEITURA DO**
12 **EDITAL** número, zero, zero, nove, de dois mil e nove, o qual convoca os
13 Conselheiros para se fazerem presentes na sétima reunião ordinária do ano de
14 dois mil e nove, Biênio dois mil e nove e dois mil e dez. **PAUTA – ITEM 02** - O
15 Conselheiro Presidente, Artur de Jesus Barbosa Sotão, fez a **VERIFICAÇÃO DO**
16 **QUORUM**, chamando nominalmente os Conselheiros presentes na seguinte
17 ordem, **Arnaldo Santos Filho**, ausente, representado pelo suplente Benedito
18 Paulo de Souza, presente, **Wellington de Carvalho Campos**, ausente,
19 representado pelo suplente Eliberto Nery Farias, presente, **Haroldo Vitor de**
20 **Azevedo Santos**, ausente, representado pela suplente, Maria Conceição
21 Laurinho dos Santos, presente, **Dalto da Costa Martins**, ausente, **Damilton**
22 **Barbosa Salomão**, presente, **Estela Maria Pinheiro do Nascimento Sá**,
23 ausente, **Luiz Eduardo Nunes**, ausente, **Micherlon Mendonça dos Santos**,
24 presente, **Anatal de Jesus Pires de Oliveira**, presente, **Moisés Tavares de**
25 **Araújo**, presente, **Marlúcio de Almeida Souza**, presente, **Antônio Márcio de**
26 **Souza Pelaes**, presente, **Rosival Nazareno Fortunato Monteiro**, presente e
27 **Fernando Cezar Pereira da Silva**, presente. **PAUTA – ITEM 03 - LEITURA DAS**
28 **JUSTIFICATIVAS DE AUSÊNCIAS:** Estela Maria Pinheiro do Nascimento Sá,
29 Marcelo Moreira dos Santos e Luiz Eduardo Nunes. **PAUTA – ITEM 04 -**
30 **APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA REFERENTE À SEXTA REUNIÃO**
31 **ORDINÁRIA DE DOIS MIL E NOVE.** O Senhor Presidente falou que a ata foi
32 encaminhada com antecedência aos Senhores Conselheiros para leitura e
33 manifestação quanto ao teor e não havendo nenhuma manifestação, todos
34 aprovaram a presente ata. **PAUTA – ITEM 05 – Posse dos Conselheiros**
35 **Reginaldo Gomes de Andrade**, Conselheiro Titular, em substituição a Mário
36 Gurtyev de Queiroz, representante do Tribunal de Justiça e **Eliberto Nery Farias**,
37 Conselheiro suplente, em substituição a Cezar Nazaré Bezerra da Rocha,
38 representante do Poder Executivo. **Iniciando os procedimentos da Posse**, o
39 **Senhor Artur informou** que, após o envio da convocação da sétima Reunião
40 Ordinária, recebeu o comunicado da substituição do Senhor Reginaldo Gomes de
41 Andrade e que está aguardando a nomeação de outro Conselheiro, justificando o
42 porquê da não convocação do suplente, representante do Tribunal de Justiça.
43 **Continuando** o Senhor Presidente procedeu **com a assinatura do Termo de**
44 **Posse** do Conselheiro **Eliberto Nery Farias** e em seguida pediu ao Secretário do
45 Conselho que fizesse a leitura do termo, após a leitura passou a palavra ao
46 plenário para as considerações quanto a Posse. Abrindo a inscrição o
47 **Conselheiro Anatal de Jesus Pires de Oliveira** deu boas vindas ao Conselheiro
48 empossado e **falou** da importância da sua escolha como representante do Poder
49 Executivo. **Em seguida o Conselheiro Marlúcio** cumprimentou o Senhor
50 Eliberto dizendo que já o conhece e que já trabalharam juntos na Assembléia

51 Legislativa, finalizando falou que é uma pessoa competente e que com certeza
52 veio para somar. Continuando o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor
53 Eliberto que cumprimentou os presentes e em seguida agradeceu pela indicação
54 e nomeação dizendo que a partir do momento que tomou posse, espera estar a
55 inteira disposição para realização dos trabalhos do Conselho Estadual de
56 Previdência. Dando continuidade na **PAUTA – temos o ITEM 05 – Apreciação e**
57 **Votação da Proposta de Auxílio Alimentação e Saúde para os servidores da**
58 **AMPREV. O Senhor Presidente pediu** a permissão ao Colegiado para fazer
59 uma explanação, do porque da proposta encaminhada, falou que reiteradas
60 vezes, em algumas reuniões do Conselho, foram colocados pelos próprios
61 conselheiros, aumentos salariais para os servidores da AMPREV, em virtude de
62 estarem sem aumento há vários anos e que a maioria recebe salários baixos, em
63 torno de novecentos reais, ou seja, não chega nem a dois salários mínimos.
64 Falou ainda que todos sabem do trabalho, da importância e da responsabilidade
65 que os servidores da AMPREV tem com o serviço público, principalmente do
66 universo das pessoas que dependem desse trabalho, que são os pensionistas e
67 aposentados. **O Senhor Artur fez** referência a proposta que foi colocada
68 inicialmente pelos conselheiros de reajuste salarial, dizendo que esteve
69 analisando juntamente com a Diretoria Executiva e acharam que hoje há uma
70 distorção na grade salarial, disse que não iria entrar no mérito e nem nas causas
71 como isso aconteceu e como foram enquadradas naquele salário, colocou ainda
72 que se eles dessem um percentual diferenciado, iriam cometer uma injustiça,
73 além de que a própria legislação não permitiria. Continuando colocou que, se
74 dessem um percentual linear, eles iriam aumentar a distorção salarial, quer dizer,
75 quem está ganhando mais, continua ganhando mais, quem está ganhando menos,
76 continua ganhando menos e isso não iria resolver o problema e eles estiveram
77 reunidos e pensando em qual seria a melhor forma de como contemplar essa
78 situação para os servidores e ele entende que esses dois benefícios podem ser
79 concedidos, ou seja, eles podem minimizar uma situação, por exemplo, os
80 servidores que ganham novecentos reais, a título de vale alimentação, eles iriam
81 ter indiretamente, um aumento de cinquenta por cento, enquanto que, quem
82 ganhar dois mil e pouco, teria quinze ou no máximo vinte por cento de aumento,
83 então eles já iriam consertar mais ou menos essa situação. Concluindo este
84 primeiro ponto falou que ao invés de dar um aumento linear, a proposta seria
85 conceder o auxílio alimentação e o plano de Saúde. **O Senhor Artur colocou** o
86 porquê do Auxílio Saúde, dizendo que em razão de alguns servidores terem
87 problemas sérios, e por receberem novecentos reais, eles não têm condições de
88 pagar um plano. Continuando falou que no orçamento desse exercício ainda tem
89 folga e que a recurso para ancorar o benefício e que pode ser remanejado. Antes
90 de passar a palavra ao colegiado disse que isso irá estimular o servidor a ter
91 melhor produtividade e a ser mais participativo. Abrindo a inscrição, o
92 **Conselheiro Marlúcio colocou** que sempre se preocupou com a questão do
93 salário dos servidores da AMPREV, dizendo que é muita responsabilidade para
94 pouca remuneração, ele falou que é contra essas questões de auxílios, porque
95 no ato da rescisão contratual isso não incorpora o salário, perguntou ainda, como
96 ano que vem a Instituição irá corrigir essas distorções visto que o estamos
97 chegando ao final do ano, concluindo disse, já que no momento não tem como
98 dar o reajuste e que por serem sete anos de defasagem salarial, ele é favor da
99 concessão do benefício auxílio alimentação. Por outro lado, ele gostaria que o
100 Presidente desse mais detalhes sobre o plano saúde. **O Senhor Artur colocou**

2

101 que fez um apanhado da UNIMED, que tem cobertura local e nacional. O
102 **Conselheiro Marlúcio perguntou** se esse plano é para o servidor e seus
103 dependentes. **O Senhor Artur respondeu** que isso será decidido pelo colegiado
104 e com relação à distorção salarial do ano que vem, será corrigida com o concurso
105 público. **Questão de ordem – O Conselheiro Fernando Cezar falou** que
106 quando recebeu a proposta de concessão dos auxílios para os servidores, sentiu
107 a necessidade de algumas informações, por isso pediu ao Senhor Presidente que
108 primeiro apresentasse as propostas e depois que todos tivessem conhecimento e
109 aqueles pontos que fossem objetos de questionamentos os conselheiros
110 entrassem, por exemplo, a como, a quem e que valores o auxílio, o plano se
111 estende aquele aspecto, ele importa um recurso para tanto, se está dentro do
112 limite e se o Presidente já tem conhecimento disso, nesse contexto o Senhor
113 expondo toda essa matéria, ai sim, eles entrariam no debate. **O Senhor Artur**
114 **atendendo** a sugestão do Conselheiro Fernando Cezar, apresentou a proposta
115 do auxílio alimentação, com o valor de quinhentos reais mensal para cada
116 servidor, esse seria o valor estimado. A questão do plano saúde seria o valor
117 considerando apartamento, o Senhor Artur falou que o valor informado será
118 global, porque o individual vai diferenciar pela idade, sendo que o valor mensal
119 seria de vinte e sete mil e duzentos e vinte e nove reais para os noventa e cinco
120 servidores. **O Conselheiro Monteiro colocou** dizendo já foi utilizado como base
121 o Ministério Público, o Tribunal de Contas, e que esses poderes pagam o plano
122 básico, ou seja, quem paga a diferença é o servidor. **O Senhor Artur reiterou**
123 **dizendo** o valor do plano, sendo que só com enfermaria seriam vinte mil e
124 quatrocentos e nove reais, com apartamento seria vinte e sete mil e duzentos e
125 vinte e nove reais. **Continuando a inscrição o Conselheiro Monteiro falou** que
126 ele sempre insistiu na correção dos salários dos servidores da AMPREV dès da
127 época do Presidente Nivaldo, e o grande debate, era que eles teriam que fazer
128 essas distorções, ou seja, têm pessoas bem remuneradas que não trabalham,
129 não fazem atividade aqui, as vezes nem cumprem horário, e isso com a sua
130 entrada, de certa forma amenizou, eles sabem das variáveis políticas que existem
131 em Instituições como a nossa, mas boa parte dessas distorções ainda podem ser
132 corrigidas, falou que está constantemente na AMPREV e chegou a trabalhar com
133 servidores aqui que dizem ser sacrificados, cansados, sempre cobrados com uma
134 nova atividade, mesmo existindo uma pessoa com essa competência para
135 desenvolver esta atividade, concluindo ele falou que esses quinhentos reais é
136 possível, agora a questão do plano de saúde tem que ser repensado essa
137 questão na totalidade, nenhum dos poderes que foi tomado como base, paga
138 integralmente, paga somente cinquenta por cento, então se base foi a partir
139 dessas informações, deve-se seguir esta base. E com relação a distorção
140 salarial, se a pessoa que está sendo bem remunerada, não está atendendo a
141 expectativas, é só desligar essa pessoa da Instituição. **O Senhor Artur colocou**
142 **que com relação ao período, ele não deve ser temporário, porque não teria**
143 **sentido dar agora e retirar depois, ou seja, os próprios concursados serão**
144 **beneficiados. Após várias colocações, o Senhor Presidente colocou a**
145 **proposta para votação do Conselho, sendo que na ordem da pauta foi**
146 **votada primeiramente a proposta do auxílio alimentação, com o valor**
147 **proposto de quinhentos reais mensais. Colocada em votação para o**
148 **plenário, o CONSELHO APROVOU POR UNANIMIDADE A CONCESSÃO DO**
149 **AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO NO VALOR DE QUINHENTOS REAIS, COM**
150 **VIGÊNCIA A CONTAR DO MÊS DE AGOSTO E SERÁ CONCEDIDO EM**

3

151 **CARTÃO MAGNÉTICO.** Em seguida o Senhor Presidente colocou em votação o
152 Auxílio Saúde, com duas propostas, uma com dependente, a outra sem
153 dependente. Colocada a primeira vez em votação, o colegiado decidiu que o
154 auxílio seria sem os dependentes. **O Conselheiro Micherlon colocou** que não
155 entendeu a votação e pediu ao Senhor Presidente que colocasse novamente em
156 votação, visto que não ficou bem entendido. O Senhor Artur colocou para o
157 plenário esta situação e o Conselho decidiu votar novamente este ponto, com ou
158 sem dependentes. **ASSIM O COLEGIADO APROVOU O AUXÍLIO SAÚDE,**
159 **SENDO O PLANO BÁSICO, CONCEDIDO TAMBÉM AOS DEPENDENTES.**
160 Continuando a **PAUTA – temos o ITEM 07 – COMUNICAÇÃO DA**
161 **PRESIDÊNCIA. O Conselheiro Presidente comunicou** que não houve quorum
162 na 2ª Reunião Extraordinária, convocada pelo Edital de nº. 008/2009, de 09 de
163 julho de 2009, mas que foi realizada apresentação do desenvolvimento do cálculo
164 atuarial pela empresa EXACTUS. **Em seguida informou** que foi providenciada a
165 prorrogação do prazo dos trabalhos das Comissões de Avaliação dos Bens que
166 serão alienados da Instituição e da dívida dos alugueis. **Comunicou ainda que** o
167 Termo de Acordo do Parcelamento da Dívida encontra-se na Procuradoria Geral
168 do Estado para análise e parecer. **Continuando o Senhor Artur informou** sobre
169 a certificação dos Conselheiros e técnicos da AMPREV, que participaram do
170 Curso de qualificação de Gestores do Regime Próprio da Previdência Social, o
171 CGRPPS. **Passando para outro item falou** que esteve participando do
172 quadragésimo terceiro Congresso Nacional da ABIPEM, juntamente com outros
173 Conselheiros e técnicos da Instituição. Em seguida informou também, que a
174 Comissão de Reformulação da Legislação Previdenciária está avançando nos
175 trabalhos e que brevemente será encaminhada a minuta para apreciação do
176 Conselho. Finalizando o Senhor Artur convocou os Senhores Conselheiros para
177 terceira Reunião Extraordinária tendo como pauta: Apresentação da Proposta
178 Orçamentária, a data da realização prevista será dia dezanove de agosto de dois
179 mil e nove. **PAUTA – ITEM 08 – COMUNICAÇÃO DOS CONSELHEIROS. O**
180 **Conselheiro Fernando Cezar fez** referência aos processos acordados entre o Governo
181 do Estado e AMPREV, perguntando em que fase se encontra, e aproveitando solicitou
182 vista desses processos, bem como do que trata dos vencimentos dos Diretores da
183 Amapá Previdência. Continuando colocou que o Conselheiro Marlúcio fez referência a
184 um assunto, que é interesse da comissão que está trabalhando a reformulação da Lei
185 novecentos e quinze de dois mil e cinco, e aproveitando essa questão falou da comissão
186 que o conselho escolheu para criação da proposta de cargos e salários da AMPREV,
187 disse que os membros eram três, sendo que o Conselheiro Mário se afastou e a
188 Conselheira Estela está de licença médica e o único membro que permanece é o
189 conselheiro Marlúcio e ele vem trazendo a comissão que deixou de existir por essa
190 situação. **Assim o Conselheiro propôs que o Conselheiro Marlúcio fosse agregado**
191 **à comissão da legislação, até porque eles precisam balizar algumas informações.**
192 Acatada a proposta pelo Conselho, o **Senhor Artur falou referindo-se** ao Conselheiro
193 Fernando Cezar que os Processos dos Acordos, a pedido do Secretário Joel, encontram-
194 se na Procuradoria Geral do Estado para as devidas análises quanto a legalidade,
195 continuando falou que o secretário disse que continua de pé, tudo foi acordado e que, o
196 quê está faltando é só uma questão de tramitação. Prosseguindo, com relação ao
197 processo dos vencimentos dos diretores, o Presidente colocou que a Procuradoria da
198 AMPREV se pronunciou contrário ao pleito, com isso eles recorreram, fizeram outro
199 recurso e foi encaminhado novamente à PROJUR que está analisando. **Aproveitando o**
200 **assunto o Conselheiro Monteiro falou** que eles deveriam conhecer esses argumentos
201 da Procuradoria da AMPREV, e que ela dar o seu parecer e até em que ponto interpreta,
202 ou seja, eles precisam de um feedback, de um outro parecer jurídico, ou até mesmo da

4

203 Procuradoria Geral do Estado. Concluindo esse assunto, o Conselheiro Fernando Cezar
204 fez referência ao Regimento Interno do CEP, dizendo que na seção dois, artigo terceiro,
205 inciso décimo segundo, diz que compete ao Conselho, julgar em última instância
206 administrativa, recursos de decisões do Diretor-Presidente da AMPREV. Continuando a
207 inscrição o **Conselheiro Monteiro falou** que a sua preocupação é que eles discutem
208 muito a questão administrativa, dívidas e tudo mais, mas que pouco se discute a questão
209 previdenciária que são muitas, como pendências militares, pendências dos professores e
210 que isso tem que ser discutido. Passando a palavra ao **Conselheiro Marlúcio que**
211 **pediu** mais empenho do Presidente no andamento da assinatura do termo do acordo
212 junto ao Governo e que traga alguma coisa na próxima reunião. Em seguida o
213 **Conselheiro Márcio perguntou** sobre a dívida dos outros poderes. **O Senhor**
214 **Presidente falou que** primeiro iriam fechar o executivo e depois os outros poderes.
215 Continuando o **Conselheiro Márcio perguntou** se internamente eles já têm o
216 levantamento da dívida dos poderes. **O Senhor Milton**, chefe da divisão de arrecadação,
217 informou que já iniciou o levantamento da dívida dos poderes e que brevemente estarão
218 concluindo os trabalhos. **O Conselheiro Márcio pediu** ao Presidente que desse uma
219 atenção especial ao Tribunal e que seus pares estão lhe cobrando e ele como
220 conselheiro faz questão que venha à tona essa questão do déficit do judiciário, porque
221 ele mesmo irá fazer gestão para venha ser pago esse débito. **O Conselheiro Micherlon**
222 **perguntou** sobre as ações itinerantes da AMPREV. **O Senhor Artur explicou** que irão
223 começar a partir do mês de setembro e que já está sendo preparado o material que será
224 utilizado durante as ações, continuando abriu o convite para os Senhores Conselheiros
225 que quiserem acompanhar a equipe junto aos seminários nos municípios. **O**
226 **Conselheiro Monteiro** frisou da importância também de se fazer um seminário para os
227 gestores citando os Juízes e disse que cabe a AMPREV esclarecer essas questões
228 previdenciárias, tanto para Juízes, como para pessoas que tenham algum vínculo com
229 Estado, ou seja, há necessidade de ter essa formação, para terem uma leitura mais
230 adequada. **O Presidente falou** que não sabe como proceder quanto ao convite aos
231 Juízes. **O Conselheiro Monteiro falou** que eles têm uma Associação e que chegaram a
232 convidar ele e o Conselheiro Marlúcio para participar das discussões e se mostraram
233 interessados em participar dos debates previdenciárias. Em seguida o **Conselheiro**
234 **Anatal comunicou** dizendo que tem participado de reuniões nacionais pela Federação
235 Nacional do Fisco e o assunto aposentadoria é uma senhora preocupação e que os
236 Estados estão despertando para isso, principalmente os mais antigos, ressaltou as
237 situações que vem surgindo, como o aspecto psicológico do aposentado, em razão da
238 própria aposentadoria, concluindo disse que isso tem que ser pensado, para que eles
239 estejam preparados daqui alguns anos. Por fim, **O Presidente agradeceu** a
240 presença de todos e falou para os Conselheiros aguardarem a convocação da
241 próxima reunião e Senhor Presidente deu por encerrada a Sétima Reunião
242 Ordinária, cuja presente Ata foi lavrada por mim Jonilson Vilhena Martins, que,
243 depois de lida e achada conforme, será assinada por todos os membros
244 presentes. Macapá, 07 de agosto de 2009.

245
246 Artur de Jesus Barbosa Sotão: 
247 **Presidente do Conselho**

248
249 Arnaldo Santos Filho: _____
250 **Membro titular, representante do Poder Executivo.**

251 Benedito Paulo de Souza: 
252 **Membro suplente, representante do Poder Executivo.**

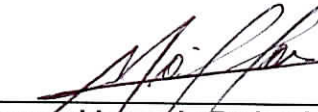
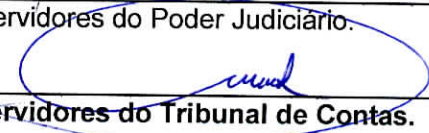
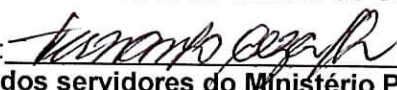

253
254 Wellington de Carvalho Campos: _____
255 **Membro titular, representante do Poder Executivo.**

256 Cesar Nazaré Bezerra da Rocha: _____

257 Membro suplente, representante do Poder Executivo.
258
259
260 Haroldo Vitor de Azevedo Santos: _____
261 **Membro titular, representante do Poder Executivo.**
262 Maria Conceição Laurinho dos Santos: _____
263 Membro suplente, representante do Poder Executivo.
264
265 Mário Gurtyev de Queiroz: _____
266 **Membro titular, representante do Tribunal de Justiça**
267 Gilberto de Paula Pinheiro: _____
268 Membro suplente, representante do Tribunal de Justiça.
269
270 Dalto da Costa Martins: _____
271 **Membro titular, representante da Assembléia Legislativa.**
272 Manoel Brasil de Paula Filho: _____
273 Membro suplente, representante da Assembléia Legislativa.
274
275 Damilton Barbosa Salomão: _____
276 **Membro titular, representante do Tribunal de Contas.**
277 Rozane de Almeida Chaves: _____
278 Membro suplente, representante do Tribunal de Contas.
279
280 Estela Maria Pinheiro do Nascimento Sá: _____
281 **Membro Titular, representante do Ministério Público.**
282 Marcelo Moreira dos Santos: _____
283 Membro suplente, representante do Ministério Público.
284
285 Luiz Eduardo Nunes: _____
286 **Membro titular, representante dos Militares ativos.**
287 Ademar Rodrigues dos Anjos: _____
288 Membro suplente, representante dos Militares ativos.
289
290
291 Micherlon Mendonça dos Santos: _____
292 **Membro titular, representante dos Militares Inativos.**
293 Ana Maria Correa Beleza: _____
294 Membro suplente, representante dos Militares Inativos.
295
296 Anatal de Jesus Pires de Oliveira: _____
297 **Membro titular, representante dos servidores Civis Ativos.**
298 Cleydson Sousa do Nascimento: _____
299 Membro suplente, representante dos servidores Civis Ativos.
300
301 Moisés Tavares de Araújo: _____
302 **Membro titular, representante dos servidores Civis Inativos.**
303 Edson França: _____
304 Membro suplente, representante dos servidores Civis Inativos.
305
306
307
308 Marlúcio de Almeida Souza: _____
309 **Membro titular, representante dos servidores da Assembléia Legislativa.**
310 Cezar Souza de Melo: _____
311 Membro suplente, representante dos servidores da Assembléia Legislativa.



312
313
314
315
316
317
318
319
320
321
322
323
324
325
326
327
328
329

Antônio Márcio de Souza Pelaes: 
Membro titular, representante dos servidores do Poder Judiciário.
Alvino Boucinha da Fonseca: _____
Membro suplente, representante dos servidores do Poder Judiciário.
Rosival Nazareno Fortunato Monteiro: 
Membro titular, representante dos servidores do Tribunal de Contas.
Juliano Andrade de Araújo: _____
Membro suplente, representante dos servidores do Tribunal de Contas.
Fernando Cezar Pereira da Silva: 
Membro Titular, representante dos servidores do Ministério Público.
Idelmir Torres da Silva: _____
Membro suplente, representante dos servidores do Ministério Público.
Jonilson Vilhena Martins: 
Secretário do CEP

